

Congresso Nacional e Política Externa. O caso do envio de tropas ao Haiti: Argentina, Brasil e Chile.

*Pedro Feliu (UFPB)
Rosana Miranda (USP)*

RESUMO: *Partindo da concepção da importância dos agentes domésticos no processo decisório de política externa, o presente artigo analisa as votações nominais acerca do envio de tropas ao Haiti nas câmaras dos deputados de Argentina, Brasil e Chile. O principal argumento desenvolvido é a relevância da dicotomia entre governo e oposição enquanto fator explicativo dos votos dos deputados no tema. Complementariamente, por meio da análise dos discursos proferidos pelos parlamentares em plenário, delineamos o principal conteúdo substantivo da polarização entre governo e oposição sobre o envio de tropas ao Haiti.*

PALAVRAS-CHAVE: *Congresso Nacional, Política Externa e MINUSTAH.*

ABSTRACT: *Considering the importance of domestic actors in the making of foreign policy, this paper analyses the roll call votes about the approval of sending troops to Haiti in the chambers of deputies of Argentina, Brazil and Chile. The main argument is the relevance of government and opposition dichotomy as an explicative variable for the deputies' votes in this issue. Complementarily, we describe the main substantive content of the polarization between government and opposition about sending troops to Haiti throw the analysis of members of parliament speeches.*

KEY WORDS: *Congress, Foreign Policy and MINUSTAH*

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo parte de uma importante concepção teórica desenvolvida pela Análise de Política Externa (*Foreign Policy Analysis* - FPA): os fenômenos advindos da interação entre os Estados no sistema internacional estão baseados nas ações, individuais ou coletivas, dos indivíduos tomadores de decisões. Basicamente, rejeita-se o pressuposto teórico realista calcado na figura do Estado Nacional enquanto um ator tomador de decisões unitário e racional (Neack, Hey and Haney, 1995 e Hudson, 2005).

Ao se privilegiar a análise das preferências dos agentes decisórios, dilui-se a noção de interesse nacional enquanto um resultado advindo de uma unidade de decisão concentrada que não gera incoerências na definição de seus interesses. A política externa será mais bem entendida como o resultado de uma disputa de interesses no interior do processo decisório. Não há, portanto, um interesse nacional que represente toda a sociedade, mas sim uma política externa que favoreça determinados setores em detrimento de outros.

Tendo em vista a relevância das preferências dos tomadores de decisão domésticos na formulação da política externa, o presente artigo se fixa em um destes agentes domésticos: o Congresso Nacional. Mais especificamente, pretende-se analisar as votações nominais dos deputados argentinos, brasileiros e chilenos na aprovação do envio de tropas de seus respectivos países à Missão de Paz da ONU no Haiti (MINUSTAH). A escolha desta votação se explica por três motivos centrais: um tema de defesa nacional certamente está entre as prioridades das chancelarias dos países, o elevado grau de polarização entre votos

favoráveis e contrários possibilita identificar os fundamentos substantivos da mesma e os pedidos de urgência solicitados pelos três presidentes aos seus respectivos congressos é outro indicador da relevância da matéria em questão.

O principal argumento do artigo é destacar o papel da dicotomia entre governo e oposição enquanto elemento estruturador da polarização encontrada nas votações nominais dos deputados argentinos, brasileiros e chilenos no caso do envio de tropas ao Haiti. A forte associação entre o legislador pertencer a um partido da base governista e votar favoravelmente ao envio de tropas, medida por meio do teste *Qui-quadrado*, é o principal achado que corrobora com o argumento acima citado. Este padrão de votação nominal é convergente com a caracterização dos sistemas políticos dos três países enquanto “presidencialismos de coalizão”, sugerindo a similaridade entre o comportamento parlamentar na arena doméstica e neste relevante tema de política externa. Ademais, a partir da análise dos discursos parlamentares no plenário, identificamos substantivamente o significado da polarização entre governo e oposição no caso analisado.

O artigo se apresenta da seguinte forma: Na seção seguinte (2) apresentaremos alguns aspectos centrais da MINUSTAH, assim como a sua importância para a política externa de cada um dos três países. Na seção (3) privilegiaremos a descrição e análise do principal conteúdo substantivo dos debates travados nos plenários das casas legislativas dos três países. No final desta seção demonstraremos a forte associação presente entre votar favoravelmente ao envio de tropas ao Haiti e pertencer à coalizão governista. Na quarta seção concluiremos o estudo.

2. A MINUSTAH E AS POLÍTICAS EXTERNAS DE ARGENTINA, BRASIL E CHILE

A MINUSTAH (sigla em francês para Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti) foi instituída em 30 de abril de 2004 pela resolução 1542 do Conselho de Segurança da ONU, em resposta à crescente violência que culminou na renúncia do então presidente Jean-Bertrand Aristide. Aristide, que havia sido eleito em 2000, em um pleito que alcançara apenas 10% da participação popular, sofreu com uma forte e até mesmo violenta oposição, que não aceitava como legítima a sua eleição (MINUSTAH, 2009). Diante da escalada do conflito armado e ameaça de invasão da capital por parte da oposição, Aristide renuncia e busca exílio na República Centro-Africana – em episódio polêmico devido à suposta participação norte-americana na saída do presidente.

O governo interino requisita às Nações Unidas o envio de contingentes internacionais para deter a escalada da violência e ajudar a manter certo equilíbrio institucional. A ONU aprova então a resolução 1529 que autorizava a formação de uma Força Multinacional Interina (MIF) e declara a prontidão em estabelecer uma força militar de estabilização para o país (CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU, 2004: S/RES/1529). Mesmo após a entrada de funcionários da ONU no país e o estabelecimento de um pacto para a transição política com a participação de diversos líderes políticos haitianos, o Secretariado Geral recomendou a formação de uma missão de estabilização no país. Assim, com a adoção da resolução 1542, o Conselho de Segurança estabeleceu a MINUSTAH, que substituiria a MIF, por um período inicial de seis meses (Conselho de Segurança da ONU, 2004: S/RES/1542).

2.1 A Política externa dos países e a MINUSTAH

Todos os países aqui analisados têm larga tradição na participação em operações de paz, cuja experiência anda paralelamente ao próprio desenvolvimento da legitimidade da ONU – embora o Brasil e o Chile tenham participações que remontam um período anterior a sua criação. Nos três casos, as participações aumentaram a partir da década de 90, em grande parte devido ao processo de redemocratização pelo qual passava o continente, e se desenvolveram desde o envio de alguns observadores até o de ajuda humanitária maciça e tropas.

Chile

O Chile deu início a sua participação junto a Força Interina Multinacional estabelecida pela ONU antes da MINUSTAH e foi o primeiro país latino-americano a fazer parte de uma força de pacificação junto com os Estados Unidos, a França e o Canadá. Com o início da missão, enviou cerca de 350 soldados para o país, além de oficiais, engenheiros e integrantes de outras forças de segurança – um total de cerca de 580 pessoas (Brondi, 2005). Também teve papel de liderança com a designação do embaixador chileno Juan Gabriel Valdés para chefe da missão. Para o Chile, a participação na MINUSTAH, calcada em marcos legais como os Decretos Supremos n.94 e n.68 – de 1996 e 1999, respectivamente, que estabeleciam uma política nacional para participação em operações de paz – representava uma oportunidade de articulação com outros países latino-americanos e de assinalar liderança no continente. Do ponto de vista político, a decisão chilena de enviar

tropas ao Haiti teve motivações pragmáticas como a de voltar a bons termos com os Estados Unidos, um dos principais envolvidos na missão até então, após uma tensão gerada pela recusa chilena em apoiar as ações norte-americanas no Iraque e a de rebater as acusações de que a política externa chilena era um tanto insensível aos conflitos dos países vizinhos (Llenderrosas, 2006). A posição oficial, embora não apresentasse essas motivações, certamente se referia a elas, especialmente no tocante ao relacionamento chileno com os vizinhos, como observado pela então ministra da Defesa, Michelle Bachelet: *"la conformación de fuerzas de países vecinales va en apoyo a nuestra inserción en la región y a una buena relación con los países vecinos y amigos"* (La Nación, 2004).

A expressão do compromisso chileno com a solidariedade internacional, em especial aos países latino-americanos também respondia a questões mais substantivas da sua política externa, como a defesa da paz, da democracia e dos direitos humanos e a aproximação com os países latino-americanos¹. Isso fica claro nas palavras da então ministra de defesa Michelle Bachelet em discurso proferido na Câmara dos Deputados do Chile: *"Las crisis políticas en América Latina tienen una gran trascendencia política, es-tratégica y económica para el país. Por sus principios democráticos y su vocación de paz, Chile está interesado en la estabilidad de la región; pero también está consciente que los efectos económicos de una inesta-bilidad regional son enormes."* (Câmara dos Deputados do Chile, 2004: 15).

¹ Sobre a questão, afirmou a então chanceler Soledad Alvear: *"la importancia de la misión es trabajar en conjunto en este tipo de misiones con países de América Latina y establecer una clara prioridad por nuestro continente y fortalecer la presencia chilena en la región"* (La Nación, 2004).

Além disso, a participação intensa na reconstituição institucional haitiana reforçaria a importância da cooperação entre os países do Cone Sul na resolução de conflitos no continente. O prestígio advindo da missão, em um ano no qual o Chile era membro rotativo do Conselho de Segurança, também foi levado em conta para a decisão favorável ao envio de tropas. A versão oficial divulgada pela chancelaria chilena sintetizou essas posições ao afirmar: *"el integrar la misión en Haití constituye también una oportunidad para reiterar nuestra irrevocable vocación latinoamericana, uniéndonos a países de nuestra región que han manifestado su intención de sumarse solidariamente a esta segunda fase de cooperación en el país de menor desarrollo de las Américas"* (La Tercera, 2004).

Argentina

No início de 2004, a Argentina aprovou um decreto autorizando o envio de ajuda humanitária ao Haiti por meio da Comissão dos Cascos Brancos da ONU. O envio de tropas, no entanto, gerou um intenso debate no Congresso e causou até o adiamento da saída dos militares do país – um total de 600 homens. Assim como no caso chileno, muitos viram essa decisão como um gesto de reaproximação em relação aos Estados Unidos, devido à atitude argentina relativa ao Iraque e suas boas relações com Cuba e com a Venezuela do Presidente Hugo Chávez. A versão oficial defendida pelo governo, no entanto, rechaça essa hipótese compensatória e situa a participação argentina na MINUSTAH num esforço de reinserção do país no plano internacional por meio da defesa do multilateralismo, enfatizando a decisão unânime da ONU em relação à missão - ou como o ministro da Defesa José Pampurro definiria: *"¿Qué*

ganamos? Una inserción en el escenario internacional y una valorización de la ONU como organismo destinado a preservar la paz"

(La Tercera, 2004). Seguindo a mesma linha, o então presidente Néstor Kirchner afirmaria durante discurso em um evento das Forças Armadas:

“Estamos seguros de que reformar el multilateralismo aleja las posibilidades de cualquier acción unilateral indeseada. Dentro de esa concepción, la Argentina ha asumido la responsabilidad de participar en la misión de Cascos Azules de la ONU en Haití junto a fuerzas de otros países latinoamericanos. Lo hacemos con el acuerdo del Congreso de la Nación y convencidos de estar contribuyendo al mantenimiento de la paz en ese país hermano de región que se encuentra en una verdadera situación de catástrofe” (Kirchner, 2004).

O fato de essa missão ser liderada por países do MERCOSUL estendido foi uma das principais razões apresentadas pela posição oficial argentina a favor da sua participação. A realização do trabalho de estabilização por uma missão basicamente latino-americana teria um peso político bastante forte internacionalmente, e a Argentina não teria interesse algum em ser o único país a ficar excluído. Além disso, a participação do MERCOSUL seria uma oportunidade para os países aprofundarem seus laços políticos e, quem sabe, as possibilidades de integração em distintos âmbitos. Nas palavras do ministro Pampurro, “*es tiempo de que América Latina muestre que tiene puestos los pantalones largos*” (La Nación, 2004).

Brasil

A decisão favorável do Brasil em enviar tropas para o Haiti foi crucial devido a sua posição de liderança na missão. Nem por isso deixou de apresentar contradições. A princípio, o Brasil se recusou a participar

da MIF por entender que ela representava uma operação de imposição de paz; no entanto, atendeu prontamente ao chamado da ONU e de países como a França para que liderasse a MINUSTAH. O Brasil enviou um contingente de 1200 soldados para a missão. Do ponto de vista da defesa nacional, a missão seria uma oportunidade para aperfeiçoamento das tropas, que poderiam transferir parte da experiência para tarefas de segurança nacional, como o combate ao tráfico, além de melhorar a capacidade organizativa das nossas Forças Armadas.

A posição oficial brasileira centrava-se no fato de que o comando em uma missão designada pelas Nações Unidas mostraria a competência brasileira para liderar regionalmente, e a capacidade de assumir as responsabilidades dessa liderança. Nas palavras do presidente Lula: “ao nos manifestarmos diante de uma crise como a que está acontecendo no Haiti, estamos exercendo nossa responsabilidade no cenário internacional. No caso do Haiti, consideramos que foram preenchidas as condições para uma operação da ONU. Como membro do Conselho de Segurança, o Brasil buscou refletir as preocupações de nossa região e interpretar os interesses do povo haitiano e da comunidade internacional” (Silva, 2004).

Oficialmente, evitava-se comentar sobre o impacto da participação na MINUSTAH na busca por um assento permanente no Conselho de Segurança, mas entre vários setores do governo e a mídia essa motivação era abertamente apontada – foi argumento para quase todos os congressistas, contrários e favoráveis, no debate do projeto. No entanto, de um modo geral, o envio de tropas seguia uma tendência da política externa brasileira que passara por uma reformulação no fim da década de 80. A partir dessa época o Brasil passa a participar mais ativamente de organizações internacionais e a buscar uma aproximação maior com

países da América Latina (Llenderrosas, 2006). Nas palavras do ministro Celso Amorim, a participação brasileira na missão “parte do princípio de que a paz não é um bem internacional livre: a manutenção da paz tem um preço. Esse preço é o da participação. Ausentar-se ou eximir-se de opinar ou agir diante de uma situação de crise pode significar a exclusão do processo de tomada de decisões, ou pior, a dependência em relação a outros países ou regiões” (Amorim, 2004). Essa participação também se encaixa na idéia de cooperação Sul-Sul fortemente aplicada pelo governo Lula, participando de missões tanto no continente como em países de língua portuguesa (Verenhitach, Deitos e Seitenfus, 2007) – o envio de tropas ao Haiti foi aprovado no mesmo dia da aprovação do destacamento de mais soldados para o Timor Leste. A esse respeito o presidente Lula afirmaria que “é chegada a hora de aprofundarmos nossa identidade sul-americana, também no campo da defesa. Nossas Forças Armadas estão comprometidas com a construção da paz. A presença de muitos de nossos países na MINUSTAH, força da ONU que garante a segurança no Haiti, é exemplo dessa determinação. Devemos articular uma visão de defesa na região fundada em valores e princípios comuns, como o respeito à soberania e à autodeterminação, a integridade territorial dos Estados e a não-intervenção em assuntos internos” (Silva, 2008).

Por fim, a decisão brasileira também se centrava na questão da solidariedade internacional, levando em conta o estado caótico haitiano, uma vez que “ao responder ao chamado da ONU, o Brasil entendeu que a situação do Haiti não se resumia a um problema de restauração da segurança pública. Na origem da crise de segurança existia, a nosso ver,

um problema mais sério de pobreza, injustiça social e debilitação das estruturas de Estado” (Amorim, 2006).

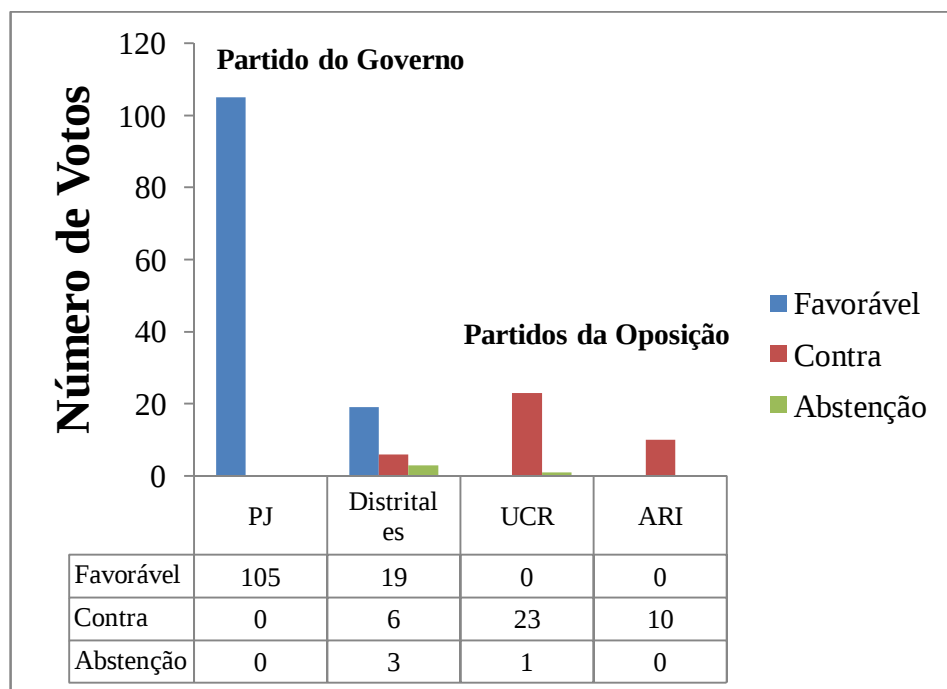
3. O DEBATE NOS CONGRESSOS NACIONAIS

Apresentaremos nesta seção o principal conteúdo presente nos debates ocorridos no plenário das respectivas Câmaras dos Deputados no dia da votação acerca do envio de tropas ao Haiti. O objetivo central é identificar as preferências dos partidos políticos argentinos, brasileiros e chilenos acerca deste importante tema da política externa destes países. Ao final da seção apresentaremos os resultados do teste Qui-Quadrado para a análise do nível de significância da associação entre as variáveis coalizão governista e voto favorável ao envio de tropas ao Haiti, desenvolvendo o argumento principal do artigo.

3.1 O debate argentino

A votação do projeto de lei número 25906 de 2004, que previa a autorização do envio de tropas argentinas para a MINUSTAH gerou um debate acalorado na câmara de deputados argentina. Com um resultado de 137 votos a favor e 75 contra, foi uma das votações relacionadas à política externa mais polarizada dos últimos anos. O partido do governo, o *Justicialista* (PJ), liderou a posição favorável ao projeto enquanto a posição contrária foi veementemente defendida por partidos da oposição como a *Unión Cívica Radical* (UCR) e diversos partidos de esquerda. Durante o longo debate, 27 deputados se pronunciaram – 11 a favor, 16 contra.

GRÁFICO 1
Votação Argentina Envio de Tropas ao Haiti



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados de <http://www.camara.ar>

O debate se concentrou em torno de alguns pontos como o papel da Argentina no sistema internacional, o uso da força como consequência de um mandato da ONU, a própria natureza da missão – intervencionista ou de ajuda humanitária – e o compromisso com os países do MERCOSUL, especialmente envolvidos com a missão.

Os deputados favoráveis ao envio de tropas sustentaram que a Argentina, assim como os outros países da América Latina, possuía a responsabilidade de oferecer maior estabilidade ao sistema político a ser construído no Haiti – oferecendo garantia de segurança até as eleições em fins de 2004, ressaltando a condição de miséria e caos político no qual o

país estava imerso. Defendiam ainda a tradição argentina em participar de missões humanitárias, bem como sua posição de militância pelos direitos humanos. De fato, a primeira missão da ONU a atuar no Haiti, em 1993, para assegurar o retorno de Aristide ao poder, contou com um número expressivo de efetivos argentinos. Em termos gerais, foi destacado o valor do multilateralismo e da proteção dos direitos humanos como pilares da política externa argentina, como na intervenção do deputado Mauricio Bossa (UCD), que afirmou:

“O creemos en la justicia internacional y en el multilateralismo para coadyuvar al respeto de los derechos humanos o no creemos en ellos. Por lo tanto, donde estén amenazados los derechos humanos y no existan responsables que sean capaces de velar por ellos, la comunidad organizada internacional tiene la obligación de intervenir en defensa de aquellas personas de carne y hueso que padecen la falta de poder, la anarquía y la desorganización social.” (Cámara de Diputados, 2004).

Mesmo entre os parlamentares favoráveis ao projeto, não havia consenso sobre a saída de Aristide do poder ter sido um golpe de Estado. Essa não era uma preocupação primordial para estes representantes, já que defendiam que a ação no Haiti serviria aos interesses do povo haitiano ao restabelecer a paz e a ordem no país, e não a supostos interesses imperialistas dos Estados Unidos. No entanto, alguns deputados da situação, em discursos mais sóbrios, admitiram a ocorrência do golpe de estado, sem deixar de defender a intervenção, propondo uma postura realista, uma vez que não era possível ignorar o caos haitiano em nome de uma posição ideológica. Em resposta aos argumentos da esquerda, diversos representantes defenderam que não havia nada de unilateral em uma decisão tomada dentro dos trâmites das Nações Unidas

e que recebia apoio de países como Rússia, China, Brasil, Chile, da União Européia, além da OEA e do Caricom.

Mais do que garantir que a missão se destinaria ao estabelecimento e manutenção da paz, ao invés de sua imposição, os discursos favoráveis ao projeto ressaltavam sempre a necessidade da Argentina se destacar no plano internacional ativamente tomando responsabilidades, aumentando assim sua credibilidade – que, segundo deputados do Partido Justicialista estaria debilitada devido ao recente histórico argentino em não cumprir com obrigações internacionais.

Também eram apontadas as vantagens de uma aliança latino-americana para a solução dos conflitos no continente, da qual resultaria um fortalecimento do MERCOSUL a partir dessa missão. Esse foi um dos argumentos mais fortes dos deputados favoráveis ao projeto, para os quais a MINUSTAH era uma oportunidade de aprofundar o processo de integração regional, e até de construir um sistema de defesa regional. O discurso da deputada Nilda Garré (FREPASO) foi um dos mais enfáticos sobre a questão, para o qual a participação conjunta na missão seria: *“una forma de profundizar lazos integrativos en la zona, de estimular la mutua confianza y de desarrollar un esfuerzo colectivo y gradual, que nos lleve eventualmente a construir un sistema de defensa regional, que permita tener en forma mucho más institucionalizada recursos para enfrentar justamente estas situaciones de violencia y de intromisión de países extrazona.”* (Cámara de Diputados, 2004).

A oposição, por sua vez, apoiava sua recusa ao projeto na crença de que a situação social e institucional do Haiti era produto da política intervencionista dos Estados Unidos na região da América Central e do Caribe. Não tinham dúvidas a respeito do golpe de estado que havia

derrubado o presidente eleito e da participação norte-americana nele e defendiam que o envio de tropas para a missão significaria corroborar com a política imperialista do país. O voto afirmativo, segundo alguns parlamentares, seria um voto “lacaio” para convalidar um governo imposto aos haitianos. Nessa linha, criticou o deputado Jorge Rivas (PRO): *“No cabe duda de que la República Argentina, en caso de aprobar el envío de esta misión, estaría dejando de lado lo que han sido sus más sanas tradiciones en materia de relaciones exteriores. Sin lugar a dudas, estaríamos violando el principio de autodeterminación y de no injerencia, pero por sobre todas las cosas estaríamos acompañando y legitimando -como no lo hicimos nunca- un gobierno de facto”* (Cámara de Diputados, 2004).

A recusa em participar da missão, segundo os representantes da oposição, não significava um desvio na política humanitária argentina, e sim uma rejeição a apoiar o que seria considerada uma invasão – condenável inclusive pela Carta da OEA. Para esses parlamentares, a primeira missão no Haiti de 1993 em nada se assemelhava àquela de 2004, uma vez que na primeira tratava-se de recolocar no poder um governante democraticamente eleito que estava sendo impedido de governar. Expressou-se ainda preocupação com os custos da missão para um orçamento que não previa nenhum tipo de gastos com ajuda humanitária.

Outro ponto central da argumentação da oposição se assentava no papel das Nações Unidas na resolução das questões haitianas. Em meio a denúncias de falta de legitimidade, realçada desde o episódio da invasão norte-americana no Iraque, os parlamentares defenderam que a ação da organização no Haiti validava métodos de resolução de conflito que ela mesma deveria rechaçar. Acusavam a empreitada de não se tratar de uma

missão de estabelecimento e manutenção da paz – como afirmava a resolução do Conselho de Segurança que instituía a MINUSTAH – e sim de uma tentativa de imposição de paz.

A questão do MERCOSUL foi abordada por duas vias distintas: a dos parlamentares que não acreditavam em uma “força” do MERCOSUL responsável pelo andamento da missão – uma vez que esse não havia se manifestado como bloco, e a decisão de seus países não partiu de posições congruentes – e outro que defendia que na possibilidade de haver uma força militar do MERCOSUL na MINUSTAH – em contrapartida à inexistência de forças pela cultura, educação, ciência, etc. – ela abriria um precedente perigoso.

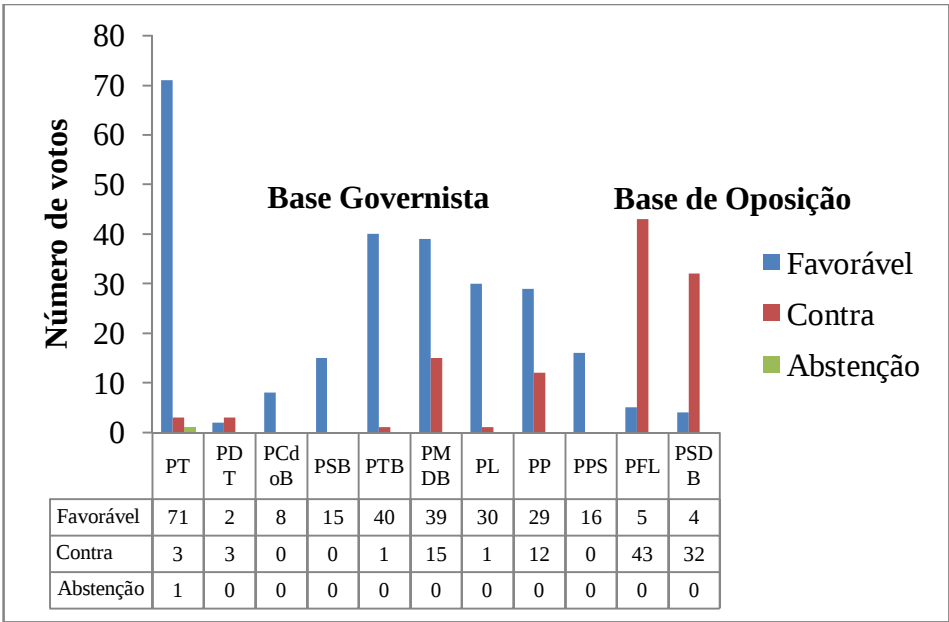
3.2 O debate brasileiro

No Brasil, a votação do projeto que autorizava o envio de tropas ao Haiti também dividiu os Parlamentares, com 118 votos contra a proposta, 266 a favor e uma abstenção. O texto só foi aprovado naquela data devido a um acordo entre as lideranças da oposição e governo, para que não houvesse verificação dos votos². A posição favorável foi amplamente defendida pela base governista, liderada pelo Partido dos Trabalhadores, enquanto a base oposicionista, composta majoritariamente pelo PFL e PSDB, liderou o posicionamento contrário. O debate que antecedeu a votação, ocorrido em 13 de maio de 2004, girou em torno da política

² Sobre a questão, afirmou o deputado Roberto Freire (PPS-PE) durante o debate: “O PPS não vai romper o acordo feito com as Lideranças, não vai pedir verificação. Talvez esse fosse um bom serviço prestado ao País, mas não sou mais líder, e por isso tenho de aceitar, submeter-me à disciplina partidária, não por centralismo democrático ou unidade de ação, mas por respeitar os companheiros que, em nome da Liderança, decidiram que não solicitariam verificação” (Câmara dos Deputados, 2004).

externa do governo como um todo, concentrando-se em aspectos como o papel de liderança a ser assumido no continente, as contradições entre a utilização das forças armadas dentro e fora do país e a própria atribuição do Congresso no envio de tropas ao exterior. O gráfico 2, abaixo, representa a votação.

GRÁFICO 2
Votação Brasil Envio de Tropas ao Haiti



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados de <http://www2.camara.gov.br>

Segundo a lei de remessas de tropas para o exterior, aprovada em 1956, o envio de contingentes militares para o estrangeiro só poderia ser feito mediante aprovação do Congresso, nos termos da Constituição (República Federativa do Brasil, 1956). No entanto, o fato das tropas destacadas para a missão já terem sido transferidas do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro e começado as preparações para a viagem antes da

autorização do Congresso – com ampla cobertura da mídia – causou grande desconforto em diversos legisladores, tornando-se um dos grandes motivos de descontentamento expressos no debate, como afirma Fernando Gabeira (sem partido – RJ): “a catástrofe de o Congresso Nacional perder suas prerrogativas, e perder por vontade própria” como “uma das situações mais terríveis que podem acontecer nesta Legislatura” (Câmara dos Deputados, 2004). Expressava-se a preocupação do Congresso se transformar em apenas uma instituição ratificadora das decisões do governo, à qual não se garantiria o direito ao verdadeiro debate e discordância. Deputados favoráveis a matéria rebateram tais argumentos afirmando que a prerrogativa legal do Congresso se sobrepunha a qualquer simbologia que a preparação das tropas pudesse expressar, e que o destacamento das tropas só havia ocorrido para que essas pudessem estar devidamente organizadas para a viagem caso o Congresso aprovasse o projeto – cumprindo assim, o calendário da missão.

Assim como nos debates do Congresso argentino, um dos principais temas discutidos foi de que forma a participação brasileira na missão refletiria em sua inserção na política internacional. Alguns congressistas contrários ao envio de tropas argumentaram que a participação brasileira na MINUSTAH constituía mero apoio à política intervencionista norte-americana na região caribenha – argumento que, no entanto, aparece com bem menos preponderância em comparação ao debate argentino, por exemplo – e que o envio de tropas serviria para corroborar um golpe de Estado abertamente apoiado pelos Estados Unidos. Para diversos legisladores desfavoráveis ao projeto, uma missão nos moldes apresentados representaria clara ingerência nos assuntos

internos haitianos, sendo muito mais sensato o envio de ajuda humanitária ao Haiti no lugar de tropas. O discurso do deputado Roberto Freire (PPS-PE) resume bem essas posições: “O Haiti tem suas forças políticas. Tem um quadro político caótico, mas eles têm de resolver a situação. Se possível, enviemos Parlamentares ou instituições humanitárias para prestar apoio efetivo. (...) Não podemos, porém, subordinar-nos a uma política que amanhã, seja por distúrbios internos, seja por problemas de infra-estrutura, seja porque interessa aos Estados Unidos pode voltar-se contra nós (...). Estamos equivocando-nos” (Câmara dos Deputados, 2004).

Outra questão levantada inúmeras vezes por deputados contrários ao projeto foi a da aparente contradição em se enviar tropas para o exterior, em face de situações de extrema violência dentro do território nacional. O deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) questionou a ausência das forças armadas nas áreas de conflito do Rio de Janeiro: “se é possível fazer segurança em outros países, por que não empregar metade do efetivo das Forças Armadas Brasileiras para fazer o mesmo trabalho no Brasil, sobretudo em situações graves como a que vemos no Rio de Janeiro?” (Câmara dos Deputados, 2004).

De um modo geral, a oposição faz frente aos princípios norteadores da política externa do governo, do qual a MINUSTAH é um dos principais produtos. Questionam a verdadeira essência dos motivos brasileiros, tendo em vista a campanha aberta pela obtenção de um assento permanente para o Brasil no Conselho de Segurança da ONU, classificando como “lamentável” o envio de soldado em troca do assento.

Para os deputados favoráveis ao projeto, o envio de tropas brasileiras ao Haiti representaria, ao mesmo tempo, uma continuidade na

tradição brasileira em participação de missões de paz e um passo adiante na construção da liderança brasileira. Reforçando essa posição, o deputado Renildo Calheiros (PCdoB-PE) declara: “o Brasil viria exatamente no sentido de confirmar a política externa brasileira de defesa da paz internacional e da autodeterminação dos povos. Além disso, reafirmaria a postura do Brasil de procurar ser ouvido internacionalmente e de querer levar sua posição aos fóruns internacionais para ajudar no esforço democrático” (Câmara dos Deputados, 2004). Todos os congressistas partidários ao envio das tropas ressaltaram a situação de completa convulsão interna do Haiti, respondendo aos argumentos de que o envio de tropas constituía uma ingerência nos assuntos internos haitianos, ou em oportunismo por parte do governo. Em consonância com a política externa realizada pelo governo Lula, estes deputados defendiam a legitimidade da busca brasileira por um assento permanente no Conselho de Segurança, e a possibilidade de liderança da MINUSTAH como uma alavanca para tal objetivo. Para o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), a participação seria fundamental para além dos interesses estratégicos brasileiros: “o Brasil amplia influência e consolida-se como liderança mundial. Isso interessa não ao governo, mas ao Brasil. É um esforço de governos sucessivos” (Câmara dos Deputados, 2004).

Para diversos legisladores, o engajamento brasileiro na missão não só correspondia à defesa dos direitos humanos prevista constitucionalmente como também respondia a um esforço internacional comandado pelo único órgão com legitimidade para tal incumbência, a ONU – que mesmo em meio a uma crise de credibilidade, ainda era a melhor opção. Deputados do PT e do PCdoB defenderam também que

somente com o trabalho de uma missão militar liderada pelas Nações Unidas, seria possível atingir um grau de segurança física e institucional que permitisse a entrada de agências especializadas da ONU, criando a possibilidade de desenvolvimento social no Haiti. Por fim, o deputado Paulo Delgado (PT-MG) rebate o argumento de que o Brasil deveria se concentrar mais em situações de violência e pobreza internas, afirmando que a solidariedade internacional não implica necessariamente indiferença em relação à política doméstica, e que o próprio Brasil se beneficiara dessa solidariedade em diversas ocasiões.

Similarmente ao ocorrido no debate argentino da matéria, a questão do peso orçamentário da missão ganhou destaque menor para os legisladores brasileiros. Apenas um deputado fez referência ao assunto em sua intervenção, embora o argumento da necessidade de rever a situação da miséria nacional se relacione com a questão. O debate brasileiro, curiosamente, não apresenta nenhum argumento, por nenhuma das partes, relacionado diretamente ao MERCOSUL. As implicações de uma missão liderada por uma coalizão de países do bloco, tão fortemente presentes no debate argentino, não aparece como um fator determinante para os deputados brasileiros.

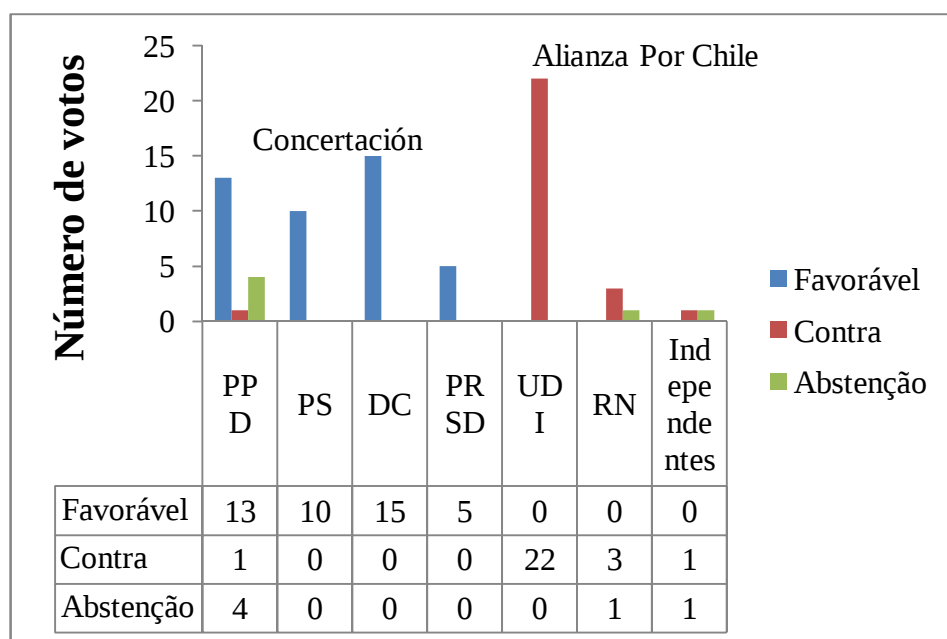
3.3 O debate chileno

No Chile, ao contrário dos casos de Argentina e Brasil, a votação analisada se refere ao respaldo ao envio de tropas ao Haiti e não a votação acerca do envio em si. No momento desta votação as tropas chilenas já estavam autorizadas a desembarcar no Haiti. Isso se deve ao fato da votação acerca do envio de tropas ao Haiti no Chile ter tramitado apenas no Senado, fato que desagradou os deputados chilenos.

Entretanto, como estamos comparando as câmaras dos deputados dos países, selecionamos uma votação do plenário da Câmara dos Deputados do Chile ocorrida no dia 16/03/2004, logo após a aprovação do Senado. Assim sendo, a votação acerca do respaldo ao envio de tropas é extremamente representativa das preferências dos deputados chilenos no tema.

A votação em análise para o caso chileno também apresentou uma elevada polarização partidária, apresentando 43 votos favoráveis ao envio de tropas, 27 contrários e 6 abstenções. O gráfico 3, abaixo, representa a votação por partido na matéria em questão.

GRÁFICO 3
Votação Chile Respaldo ao Envio de Tropas ao Haiti



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados provenientes de <http://www.camara.cl>

O primeiro aspecto interessante a ser ressaltado no debate chileno é o repúdio manifestado por deputados tanto da coalizão oposicionista (*Alianza por Chile*) quanto da coalizão governista (*Concertación*) ao fato da autorização do envio de tropas chilenas ao Haiti não ter tramitado pela Câmara dos Deputados. As críticas mais duras a este respeito originaram-se do partido oposicionista UDI (*Unión Demócrata Independiente*), cujo deputado Ulloa ressaltou a urgência em mudar a lei 19.067, acerca do envio de tropas ao estrangeiro, incorporando a inequívoca necessidade de um assunto de Estado desta magnitude obter a aprovação de todas as instituições republicanas e não apenas o Poder Executivo (Cámara de Diputados, 2004).

Outro fator relevante ressaltado pelos deputados do partido oposicionista UDI foi a falta de informações por parte do governo acerca da função que as tropas chilenas exerceriam no Haiti, isto é, se cumpririam funções policiais ou se estariam autorizadas ao uso da força de forma mais ampla. De um modo geral, a questão centrou-se em caracterizar a missão no Haiti enquanto *peace keeping* ou *peace enforcement*, ou seja, estes deputados questionaram o nível de uso da força que a tropa chilena estaria autorizada a utilizar nesta missão frente a violações na paz estabelecida. As missões do tipo *peace keeping*, ao contrário das missões do tipo *peace enforcement*, possuem um foco não coercitivo, funcionando como facilitadora da ordem e não uma missão de combate propriamente dita (Thakur, 1994). Assim, salientou-se a falta de informações mais detalhadas e precisas do presidente e sua ministra de relações exteriores acerca da missão antes de aprová-la.

Persistindo na argumentação contrária ao envio de tropas ao Haiti, deputados da UDI chamaram a atenção para o desrespeito de um princípio básico e longínquo da política externa chilena: a não

intervenção. Aqui os deputados da coalizão oposicionista defendem o envio de uma ajuda humanitária ao invés do envio de tropas ou qualquer movimentação militar ao Haiti. Nas palavras do deputado Cristián Leay (UDI): *“Repito: el principio tradicional de la política exterior chilena ha sido siempre el de la no intervención en asuntos internos de otros países, salvo cuando se ha tratado de realizar acciones de carácter humanitario. ¿Por qué mandamos tropas de imposición de paz y no hicemos una acción humanitaria, como ha sido nuestra tradición?”* (Cámara de Diputados, 2004: 28).

Mais dois pontos relevantes foram colocados pela oposição: os gastos que o envio de tropas ao Haiti geraria aos cofres públicos chilenos e o tempo de permanência das tropas chilenas no Haiti dada a situação extremamente precária na qual se encontrava o país no momento do debate. Ao contrário do que ocorreu nos debates argentino e brasileiro, os deputados chilenos da oposição enfatizaram a falta de informação acerca da origem da verba, seu tamanho e controle. Essa cobrança por informações orçamentárias ao Poder Executivo pode ser notada nas palavras do deputado Cardemil (Independiente): *“cuánto cuesta el envío de tropas a Haití y quién lo paga. ¿Lo harán las instituciones de la Defensa Nacional? ¿Hay algún fondo especial de las Naciones Unidas para ese fin? ¿Obtendremos esos recursos por parte de la ONU? ¿Qué control se ha realizado de dicho fondo? ¿Qué porcentaje de los fondos asignados en la ley de Presupuestos para la participación de Chile en operaciones de paz de la ONU, se han utilizado hasta la fecha?”* (Cámara de Diputados, 2004). O segundo aspecto mencionado diz respeito aos tenebrosos indicadores sociais e econômicos do Haiti em 2004, revelando uma situação extremamente caótica e, portanto, difícil

de ser contornada em um curto espaço de tempo por uma missão humanitária da ONU. Nesse sentido, os deputados da UDI questionaram o tempo de permanência das tropas chilenas, inicialmente programadas para 90 dias, no Haiti.

Do lado da coalizão governista *Concertación* a defesa ao envio de tropas ao Haiti fundamentou-se essencialmente em três pontos: a tradição histórica de participação do Chile em missões de paz da ONU, assinalando forte comprometimento do país no tema; a condição e necessidade do Chile desempenhar papel mais ativo no sistema internacional, principalmente no hemisfério americano e a ênfase na cooperação regional dada a ampla participação de Brasil e Argentina na missão, estreitando laços com os países do Mercosul. Acerca do segundo ponto, a deputada Tohá (PPD) explicita a possibilidade e desejo do Chile participar mais ativamente da estabilização de uma ordem mundial: *“Por eso, Chile quiere y también necesita ser una voz en los asuntos internacionales. Queremos tener opinión, por-que hay principios y valores que sustentamos y que queremos que imperen en el mundo: la paz, la democracia, el respeto de los derechos humanos y el reconocimiento de la primacía de los organismos multilaterales como instancias válidas para tomar decisiones. También queremos tener autoridad y contribuir a que el mundo tenga reglas acordadas por todos y no solamente por las grandes potencias.”* (Cámara de Diputados, 2004).

Finalmente, muitos deputados de partidos pertencentes à coalizão governista destacaram como aspecto favorável ao envio de tropas chilenas ao Haiti a intensificação da cooperação com os países do MERCOSUL na área de defesa nacional. Este seria um passo importante no aprofundamento da integração regional, facilitando novos acordos de

cooperação na área de segurança nacional, principalmente com Argentina e Brasil.

3.4 Governo e Oposição nas votações de Argentina, Brasil e Chile acerca do envio de tropas ao Haiti

Os sistemas políticos de Argentina, Brasil e Chile podem ser descritos como “presidencialismos de coalizão”, ou seja, um presidencialismo multipartidarista caracterizado por um presidente institucionalmente capaz de conformar maiorias no congresso, garantindo estabilidade e governabilidade ao sistema político³. A maioria legislativa conformada pelo presidente eleito compõe a coalizão governista, sustentada em grande medida pelos amplos poderes legislativos e de agenda do presidente (principalmente nos casos de Brasil e Chile) e pela nomeação de cargos executivos. Desta forma, o presidente induz os parlamentares à cooperação, costumando-se observar nos três países citados elevados índices de disciplina partidária entre os partidos que conformam a coalizão governista.

Limongi (2006) argumenta a similaridade entre o modo de funcionamento do “presidencialismo de coalizão brasileiro” e os sistemas parlamentaristas em geral, isto é, o presidente brasileiro é bem sucedido em conformar maiorias legislativas, fato que pode ser observado pelo elevado índice de sucesso de aprovação das matérias provenientes do Executivo enviadas para apreciação do Congresso, mesmo quando comparado aos índices de gabinetes parlamentaristas europeus (Limongi, 2006). No caso do presidencialismo argentino, Mustapic (2002) aponta

³ Para o caso argentino, ver Mustapic, 2000; para caso brasileiro, ver Figueiredo e Limongi, 1999 e para o caso chileno, ver Nolte, 2003.

que a principal “arma” do presidente contra uma eventual oposição no Congresso Nacional é a utilização de decretos e mecanismos de urgência. Ainda assim, com exceção de um mandato do presidente Menem, os presidentes argentinos têm sido capazes de obter o apoio necessário do Congresso Nacional para suas iniciativas legislativas (Mustapic, 2002, p.30).

Finalmente, Maureira (2007), ao analisar o nível de apoio congressional ao Executivo por meio das votações nominais da Legislatura 2002-2006 da Câmara dos Deputados do Chile, observa um elevado grau de disciplina partidária na coalizão governista *Concertación*. A principal explicação para o fenômeno seria o papel do presidente enquanto principal articulador das condutas dos partidos políticos governistas. Entretanto, a coalizão opositora perante um forte Executivo, somada a ausência da possibilidade de compensações através de cargos públicos, demonstrou um nível de disciplina partidária um pouco menor (mesmo que significativo). Se por um lado a UDI tendeu a se opor em bloco às fartas iniciativas legislativas do presidente, a RN se manteve flutuante entre o apoio ao presidente e seu papel opositor junto a UDI (Maureira, 2007: 38).

A votação acerca do envio de tropas ao Haiti parece inserir-se perfeitamente na lógica de funcionamento do “presidencialismo de coalizão”, isto é, a base de partidos governistas vota de maneira disciplinada nesta importante política externa do governo. A tabela 2 abaixo ilustra as votações nos três países agregadas pelas variáveis coalizões de governo e coalizão de oposição. Apenas 2% dos deputados pertencentes a bases governistas votaram “não” ao envio de tropas ao Haiti. Analogamente, apenas 20% dos deputados pertencentes às oposições votaram “sim” ao envio. Para atribuir maior robustez a esta

análise, aplicamos o teste Qui-quadrado para testar a significância da associação entre pertencer ou não a coalizão de governo e votar sim ou não ao envio de tropas ao Haiti. Desta forma, testaremos a validade da hipótese nula (há independência entre as variáveis) em detrimento de H1 (as variáveis possuem um elevado grau de associação). A tabela 3 abaixo exibe os valores deste teste.

TABELA 2
Distribuição deputados argentinos, brasileiros e chilenos classificados segundo coalizão e voto acerca do envio de tropas ao Haiti

Coalizão	Votos		Total
	Sim	Não	
Governo (%)	399 (98)	36 (20)	435 (74)
Oposição (%)	9 (2)	143 (80)	152 (26)
Total (%)	408 (100)	179 (100)	587 (100)

Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados de www.camara.ar,
www.camara.cl e <http://www2.camara.gov.br>

TABELA 3
Teste Qui-quadrado coalizão x voto

	Valor	Graus de Liberdade	Valor p (significância)
Pearson Qui-Quadrado	391.258(a)	1	.000
Correção de Continuidade	387.221	1	.000
<i>Likelihood Ratio</i>	405.318	1	.000
N de Casos	587		

a 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 46.35.

Como podemos observar na tabela 3 acima, o valor Qui-quadrado de aproximadamente 391 com um valor p ,000 possibilitam rejeitar a hipótese nula, ou seja, não há independência entre as variáveis coalizão e voto. Assim, aceitamos a hipótese de que há um elevado grau de

significância da associação entre pertencer à coalizão de governo e votar sim ao envio de tropas ao Haiti. Complementariamente, a tabela 3 ainda exhibe os valores obtidos para o teste de Correção de Continuidade e o teste *Likelihood Ratio*. O primeiro, realizado apenas para tabelas de contingência 2x2 (como no nosso caso), consiste em subtrair 0,5 dos valores esperados. Como podemos notar, permanece extremamente significativo (.000) o resultado do teste Qui-quadrado. Finalmente, o *Likelihood Ratio* representa a razão da máxima probabilidade de se aceitar ou rejeitar duas hipóteses concorrentes. Valores pequenos deste teste permitem, dependendo do grau de confiabilidade, rejeitar a hipótese. No caso analisado observamos um valor extremamente baixo (.000), nos garantindo com 99,9% de confiança aceitar a hipótese de que pertencer ou não a base governista está fortemente associado a apoiar ou não o envio de tropas ao Haiti.

Os padrões das votações nominais acerca do envio de tropas ao Haiti na Argentina, Brasil e Chile condizem com a caracterização do “presidencialismo de coalizão”, isto é, decisões pautadas pela dicotomia governo *versus* oposição. Tal similaridade é um indício de que o padrão de votação nos legislativos dos três países não possui diferenciações enquanto ao tema ser doméstico ou internacional. Do ponto de vista dos trabalhos legislativos, embora seja necessário aprofundamento na questão, parece não haver profundas diferenças entre temas domésticos e de política externa, reforçando a idéia de que a política externa deve ser tratada como uma política pública qualquer, sujeita a apreciações de instituições e atores domésticos em seu processo decisório⁴.

⁴ Para maiores detalhes sobre este tema, desde uma ótica constitucional acerca do caso brasileiro, ver Sanchez, Silva, Cardoso e Spécie (2006).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises que privilegiam a incorporação da arena doméstica no processo decisório da política externa, comumente denominada *foreign policy analysis*, ganharam significativa relevância no cenário acadêmico internacional recente. No que tange a temática acerca do papel dos legislativos latino-americanos na formulação da política externa, ainda que haja interessantes estudos de casos recentes sobre o tema⁵, observa-se ainda uma agenda de pesquisa ainda em construção. É justamente neste aspecto, por meio da análise de um caso relevante, que o presente artigo busca oferecer uma contribuição para esta importante agenda de pesquisa.

O principal argumento desenvolvido no texto foi a constatação, tal qual descrita no conceito de “presidencialismo de coalizão”, da dicotomia entre a base governista e sua oposição como fator explicativo dos votos dos deputados dos três países no caso do envio de tropas ao Haiti. Esta constatação alimenta a idéia da similaridade entre as arenas doméstica e internacional nas decisões legislativas de países latino-americanos. Ademais, por meio da análise dos debates travados nos plenários de cada país, identificamos o conteúdo substantivo que pauta a polarização entre as coalizões de governo e oposição. De um modo geral, entre os discursos contrários, observou-se nos três países a ênfase no envio de uma ajuda humanitária ao invés de tropas, críticas aos gastos da missão e o risco de uma missão fracassada, dada as condições do Haiti, afetar negativamente a imagem dos países em questão. Já entre os discursos favoráveis encontramos nos três países o enaltecimento de um

⁵ Ver, por exemplo, Diniz e Ribeiro (2009), Leão (2008), Feliú, Galdino e Oliveira (2007) e Neves (2003).

papel assertivo e independente na manutenção da ordem internacional, especialmente no continente, assim como a possibilidade de incrementar a integração regional na área de segurança nacional para os casos da Argentina e Chile.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, Celso. (2004), “Conceitos e estratégias da diplomacia do Governo Lula”. Revista *Diplomacia, Estratégia e Política*, ano 1, No. 1.
- . (2006) Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na sessão de abertura da Reunião Internacional de Alto Nível sobre o Haiti. Em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discursos/detalhes3.asp?ID_DISCURSO=2843. Acesso em: 30/04/2009.
- ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU. (2009), *Financial performance report for the period from 1 July 2007 to 30 June 2008 and proposed budget for the period from 1 July 2009 to 30 June 2010 of the United Nations Stabilization Mission in Haiti*. A/63/746/Add.10.
- BRONDI, Marcelo Péndola. (2005), “Chile y las operaciones de paz: de la participación individual a Haití”. Revista *Fuerzas Armadas y Sociedad*, Año 19, N° 1, pp. 73-84.
- CÁMARA DE DIPUTADOS. (2004) *Sesión Ordinaria de 16 de junio*. República Argentina (Versão Taquigráfica).
- CÁMARA DE DIPUTADOS (2004) *Sesión 60ª Especial de 16 de Marzo*. República de Chile.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. (2004) *Sessão Extraordinária de 13 de maio*. República Federativa do Brasil.
- CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. (2004) *Resolução 1529*, 29 de fevereiro, S/RES/1529.
- . (2004), *Resolução 1542*, 30 de abril, S/RES/1542.
- . (2008), *Resolução 1840*, 14 de outubro, S/RES/1580.
- DINIZ, Simone e RIBEIRO, Cláudio. (2009), “O Papel do Congresso Brasileiro na Política Externa: uma contribuição empírica para o debate”. *Brazilian Political Science Review*, vol. 3, n. 1.
- FELIU, Pedro; GALDINO, Manoel e OLIVEIRA, Amâncio. (2007),

- “Política de Comércio Exterior, Ideologia Partidária e Interesses Locais: um estudo sobre o caso chileno”. *Revista Cena Internacional*, vol.9, No 2, pp. 33-57.
- FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. (1999), *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- HUDSON, Valerie. *Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations*. Foreign Policy Analysis; 1, 1-30; 2005.
- KIRCHNER, Nestor. (2004) Discurso del Presidente Néstor Kirchner en la cena de Camaradería de las Fuerzas Armadas. Em: http://www.caserosada.gov.ar/index.php?option=com_content&task=view&id=4192. Acesso em 29/04/2009.
- LA NACIÓN. (2004), *Operación Haití: misión de paz en el Caribe*, publicado no dia 06 de junho de 2004.
- LA TERCERA. (2004), *Lagos decide duplicar tropas en Haití y participar junto a Argentina y Brasil*, publicado no dia 11 de maio de 2004.
- LEÃO, Flávio Pinheiro. (2008), “Poder Legislativo e Política Externa: Um Estudo sobre a influência do Congresso Nacional do Chile na formulação da política comercial durante a década de 90”. *Contexto Internacional*, vol. 30, n 1, pp. 89-139.
- LIMONGI, Fernando. (2006), “A Democracia no Brasil: Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório”. *Novos Estudos CEBRAP*, No. 76, pp. 17-41.
- LLENDERROZAS, Elsa E. (2006), “Argentina, Brasil y Chile en la reconstrucción de Haití: intereses y motivaciones de la participación conjunta”. Trabalho apresentado no encontro da Latin American Studies Association (LASA), San Juan, Puerto Rico, 15-18.
- MINUSTAH. (2009) *Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haiti*. Site Oficial. Em: http://minustah.org/?page_id=7858. Acesso em 30/04/2009.
- MUSTAPIC, Ana María. (2000), “Oficialistas y diputados: las relaciones Ejecutivo-Legislativo em la Argentina”. *Desarrollo Económico*, vol. 39, No 156, Enero-Marzo.
- MUSTAPIC, Ana María. (2002), *President and Congress in Argentina*, in: MORGENSTERN, Scott and NACIF, Benito (orgs.), *Legislative Politics in Latin America*. Cambridge University Press.
- NEACK, Laura; HEY, Jeanne; HANEY Patrick (org.). *Foreign Policy*

- Analysis: Continuity and Change in Its Second Generation*.
Prentice Hall, New Jersey, 1995.
- NEVES, J. A. Castro. (2003), “O Papel do Legislativo nas Negociações do Mercosul e da ALCA”. *Contexto Internacional*, vol.25, No 1, PP. 103-138.
- NOLTE, Detlef. (2003), “El Congreso chileno y su aporte a la consolidación democrática en perspectiva comparada”. *Revista de Ciência Política (Santiago)*, vol. XXIII, No 2, pp. 43-67.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. (1956), *Remessa de tropas brasileiras para o exterior*, Lei nº 2.953/56 de 17 de novembro de 1956.
- SANCHEZ, Michele; SILVA, Elaini; CARDOSO, Evorah e Spécie, Priscila. (2006), “Política Externa como Política Pública: uma análise pela regulamentação constitucional brasileira (1967-1988)”. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, vol. 27, pp. 125-143.
- SILVA, Luiz Inácio Lula da. (2005) Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de embarque das tropas militares para missão de paz no Haiti. Em: http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe3.asp?ID_DISCURSO=2372. Acesso em 29/04/2009.
- SILVA, Luiz Inácio Lula da. (2008) Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul Americanas UNASUL. Em: <http://www.comunidadandina.org/prensa/discursos/lula23-5-08.htm>. Acesso em 03/05/2009.
- THAKUR, Ramesh. (1994), “From Peace Keeping to Peace Enforcement: The UN Operation in Somalia”. *The Journal of Modern African Studies*, vol. 32, No. 3, pp. 387-410.
- VERENHITACH, Gabriela, DEITOS, Marc, SEITENFUS, Ricardo. (2007), “O Brasil e a cooperação triangular sul-sul para o desenvolvimento: o caso do Haiti”. Trabalho apresentado no I Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 12-14 de novembro.